

Círculo de Giz

O famoso funil que há muito estigmatiza a educação brasileira ameaça mudar de formato, de tal forma a evasão escolar, de todos os lados e em todos os sentidos, causa deformações no sistema. A UFRJ constata em levantamento que perdeu dez mil alunos em relação aos matriculados há cinco anos, da mesma forma que já se constatou que existe um afunilamento também perverso da primeira para a segunda série do primeiro grau, quando metade dos alunos desiste de estudar. É como se o ensino brasileiro fosse um funil surrealista de dois lados igualmente estreitos.

No entanto, a reação a esta anomalia, uma das mais graves do Brasil, tem sido a improvisação. Como não há mudança de mentalidade, e também como não há possibilidade de resolver problemas graves e desafiadores por decreto, o país continua marcando passo. A Constituição chegou a estabelecer prazo para a erradicação do analfabetismo: dez anos. Mas como a primeira Constituição brasileira, a de 1823, também já determinava que era obrigatória a "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos", vê-se como a última das constituições tenta resolver com uma penada aquilo que nem com a primeira ainda se resolveu.

Enquanto se multiplicam os textos legais, único avanço — teórico — em matéria de educação, na prática se constata que o aluno de primeiro grau (isto sim é importante) fica menos horas na escola que os estudantes dos outros países. O Brasil só ganha em número de burocratas por aluno. Aqui há um funcionário para 4,7% nas universidades brasileiras, contra um para cada 19 estudantes nos EUA.

Há uma síndrome de reforma na cabeça dos dirigentes educacionais que se traduz em programas sucessivos, alguns até interessantes, mas que não são postos em prática por falta de terreno fértil no qual dêem frutos. A burocracia asfixia o ministério da Educação. A escola pública se deteriora sem piedade. E, enquanto a escola particular amarga um período de dificuldades até financeiras, a União, os estados e os municípios não conseguem sequer definir seus papéis na organização do sistema educacional: os três interferem na educação de forma desarticulada, causando desperdícios e confusão.

A única coisa realmente definida por lei em matéria de educação é o montante da despesa: a União deve gastar 18% e os estados e municípios 25%. Mas já se constatou que o dinheiro não é empregado para o seu devido fim. Uma CPI, no ano passado, detectou a construção de uma estrada que passa em frente a uma escola computada como despesa de educação, um estádio de futebol com grandes holofotes onde não havia sequer uma escola por perto e até a compra de ônibus que prestava

serviços a uma prefeitura e só de vez em quando transportava crianças para a escola.

As verbas para as escolas, portanto, perdem-se no meio do caminho; enquanto algumas escolas sofrem carência total, nada falta na cúpula da administração federal. Tudo se passa como se certos atos deixassem de ser executados porque não são vistosos politicamente, como por exemplo a compra de uma caixa de giz, tão simples mas tão útil. O resultado é a dose maciça de repetência e evasão que assola a estrutura do ensino, de alto a baixo. Nos últimos anos houve um inchaço da rede pública escolar em detrimento da qualidade de ensino. O ensino público, que deveria atender com eficiência o grosso da população, deixando as especializações para a escola particular, mergulhou num clima artificial que privilegiou o aumento de matrículas sem uma consequente melhoria da eficiência do ensino.

Chegou o momento de levar a sério a educação e, para que ela se torne coisa séria, deve haver uma mobilização social grande em torno da instituição da escola básica. Há um grau de desenvolvimento econômico que permite o desenvolvimento da educação que por seu turno permite ao país maior prosperidade econômica. As duas faces são reais: tanto a educação pode ser um instrumento do desenvolvimento econômico, quanto o desenvolvimento econômico pode ser o meio que permite o desenvolvimento da educação. No meio deste círculo vicioso o Brasil não pode se perder.

Com tantas verbas se cruzando nos caminhos federais, estaduais e municipais, e com tão poucos resultados expressos em taxas de repetência, chega-se à conclusão que o problema não é mesmo a falta de recursos, mas sim o desperdício dos recursos. Experiências isoladas, como o programa de Educação para Todos, colégios de aplicação, Cieps, Mobral, e tantas outras, não realizaram o milagre de se reproduzirem por todo o sistema. Quanto se faz uma escola especial, mas se esquece o conjunto, a tendência é retornar à estaca zero em pouco tempo, com desperdício de recursos, tempo e expectativa.

Em educação não se produzem milagres. Quando se atua, deve-se atuar em todo o sistema e aguardar o tempo hábil de maturação. Ao se aplicar dinheiro na construção das escolas, deve-se também aplicar esforços na formação dos professores, sem o que jamais se colocará em movimento a cruzada da educação que o Brasil necessita. No país em que o médico não sabe medicina, o engenheiro não sabe engenharia, o sociólogo não sabe sociologia, não é de estranhar que o educador não saiba educar. O círculo vicioso readquire assim condições de se pôr de novo em movimento.